

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	18
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	20
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	21
2.5 Medições não contábeis	22
2.6 Eventos subsequentes as DFs	27
2.7 Destinação de resultados	28
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	31
2.10 Planos de negócios	32
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	34
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	35
5.2 Descrição dos controles internos	39
5.3 Programa de integridade	46
5.4 Alterações significativas	49
5.5 Outras informações relevantes	50

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (ou IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (ou CVM).

Os Diretores entendem que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor e aplicáveis às demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia e as práticas contábeis são uniformes.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas para: (i) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AV" e "AH" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Vertical" e "Análise Horizontal", respectivamente.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e, consequentemente, nas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

#### (a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossas atividades têm como objetivo a prestação de serviços de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, sempre com foco nas necessidades do cliente e no desenvolvimento sustentável das cidades onde atuamos. Todo esse esforço nos impulsionou para uma das maiores conquistas da Iguá até o momento: ter ganhado um dos blocos do leilão promovido pela CEDAE, para iniciar a operação do saneamento de parte da cidade do Rio de Janeiro, e das cidades Paty do Alferes e Miguel Pereira, em fevereiro de 2022.

Estamos presentes em 39 municípios com o objetivo único de levar saneamento às populações atendidas e ajudar o país a alcançar a universalização dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Com 15 concessões e 3 parcerias público-privadas (PPPs), nossa infraestrutura conta 4,1 mil km de rede de coleta de esgoto, 6 mil km de rede de distribuição de água e estamos inseridos na vida de mais de 7 milhões de pessoas que compõem comunidades dos mais diferentes portes. Tal condição nos dá conhecimento sobre distintas realidades do saneamento no país e nos credencia a superar os mais diversos desafios técnicos e operacionais.

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações assumidas de curto e longo prazo, bem como para suportar o crescimento sustentável dos seus negócios.

As informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 refletem a continuidade desta fase de crescimento, eficiência operacional, retomada de investimentos e equilíbrio financeiro. A dívida bruta da Companhia apresentou um crescimento ao longo do tempo, de R\$5.011,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$6.471,0 milhões em 31 de dezembro de 2022 (crescimento total de 29,1% neste período), como reflexo da retomada dos investimentos nas concessões, e a dívida líquida - incluindo não consolidadas - da Companhia totalizou R\$5.629,9 milhões, um aumento de 28,0% ou R\$1.232,5 milhões na comparação com o mesmo período do ano anterior, em função principalmente dos juros da 2ª Emissão de Debêntures da Iguá Rio de Janeiro. O índice de alavancagem da Companhia, medido pela dívida líquida (considerando ativos não consolidados) dividido pelo EBITDA Ajustado, foi de 8,6x no exercício de 2022 e de 14,4x em 31 de dezembro de 2021.

Os índices de liquidez corrente (total do ativo circulante dividido pelo total do passivo circulante) apresentam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2022 de 1,09, em 31 de dezembro de 2021 de 0,63, e em 31 de dezembro de 2020 de 2,39.

### (b) estrutura de capital

Os diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A predominância do capital de terceiros na estrutura de capital da Companhia é resultado da sua opção por empregar recursos de terceiros no financiamento do seu crescimento, de forma a maximizar o seu valor, considerando as atraentes condições de financiamento existentes no mercado.

A tabela abaixo descreve a distinção entre capital próprio e de terceiros nos períodos indicados:

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	8.621.324	7.945.426	2.123.857
Capital próprio (patrimônio líquido)	3.152.301	2.888.432	809.923
Capital Total (terceiros + próprio)	11.773.625	10.833.858	2.933.780
Parcela de capital de terceiros <sup>(1)</sup>	73,2%	73,3%	72,4%
Parcela de capital de próprio <sup>(2)</sup>	26,8%	26,7%	27,6%

(1) A parcela capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido (capital total).

(2) A parcela capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido (capital total).

Nossa administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

## **2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

### **(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A administração da Companhia entende que a Companhia tem cumprido com as obrigações referentes a seus compromissos financeiros.

A Companhia encerrou o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022 com 85% da sua dívida bruta, ou seja, empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo não circulante em longo prazo. Para mais informações sobre a dívida bruta da Companhia, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

Na mesma data a Companhia apresentava R\$884,6 milhões em caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários vinculados e outros ativos financeiros em seu ativo circulante. Esse número representa 88,2% do montante dos compromissos financeiros a curto prazo (empréstimos e financiamentos e debêntures) no passivo circulante.

A administração da Companhia avalia constantemente a habilidade da empresa operar normalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, e está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

### **(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Desde a nossa constituição, utilizamos a combinação entre capital próprio, por meio de aportes de capital de nossos acionistas, e capital de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. Portanto, sempre que entendemos apropriado, obtemos empréstimos e financiamentos para realização de nossos investimentos e cumprimento de nossas obrigações financeiras assumidas perante terceiros.

Dada a relevância do saneamento para a sociedade e seus impactos na saúde pública e na qualidade de vida da população, o setor historicamente conta com fontes de financiamento diferenciadas, principalmente por parte dos bancos públicos. Em especial, a Caixa Econômica Federal, atuando como agente repassador dos recursos do FGTS destinados ao programa Saneamento para Todos, bem como o BNDES, através de suas linhas de financiamento de projetos, tem papel destacado no financiamento de novos investimentos. A Companhia tem utilizado tais alternativas, sendo que as operações das suas subsidiárias Agreste Saneamento, Águas de Colíder, Águas de Pontes e Lacerda, Águas de Alta Floresta e Atibaia Saneamento utilizaram como alternativa de financiamento, empréstimo sob o programa Saneamento para Todos, e destas apenas Agreste Saneamento ainda tem saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2020 e Atibaia Saneamento assinou o contrato em novembro de 2020 e terá o primeiro desembolso de recursos em 2021. As operações de suas subsidiárias de Águas de Cuiabá, Paranaguá Saneamento, Spat Saneamento, Sanessol Saneamento, Guaratinguetá Saneamento, utilizaram linhas de financiamento disponibilizadas pelo BNDES, sendo que todas ainda tem saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2020. Detalhes das linhas mencionadas podem ser encontrados na seção 10.1 (f) abaixo.

Além disso, a Companhia desenvolveu relacionamento com diversas instituições financeiras que vem suportando as demandas de financiamentos para capital de giro e/ou financiamentos, ainda que por prazos mais curtos do que os providos pelas instituições públicas. Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 os saldos em aberto em empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

erã de R\$6.471,0 milhões, R\$5.011,2 milhões e R\$1.773,8 milhões, respectivamente. Como estratégia de diversificação das fontes de financiamento, também utilizamos emissões de debêntures como alternativa de captação de recursos.

### **(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Pretendemos manter nossa estratégia de combinação entre capital próprio e de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não- circulantes. Portanto, sempre que entendermos apropriado, poderemos nos capitalizar, seja por meio de empréstimos e financiamentos e debêntures contratados com terceiros, seja por meio de emissão de novas ações. A Companhia está constantemente avaliando as melhores alternativas de captações no mercado, tanto local quanto internacional, sendo que, até a presente data, a Companhia não acessou o mercado internacional.

### **(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda**

#### *(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

O endividamento da Companhia é composto, principalmente, pelo mercado de capitais, por meio das debêntures, as quais representaram, em 2022, 89,5% do total do endividamento da Companhia. Os montantes captados tem o objetivo de viabilizar a execução de contratos de concessão e de parcerias público-privadas celebrados entre nós (por meio de nossas controladas) e a administração pública (direta e/ou indireta). Eventualmente, contraímos dívidas caracterizadas como empréstimos ponte junto a bancos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, os nossos empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) totalizavam R\$6.471,0 milhões, R\$5.011,2 milhões e R\$1.773,8 milhões, respectivamente.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia têm por objetivo (i) ampliação do nível de atendimento aos usuários de seus serviços; (ii) redução de suas perdas operacionais; (iii) ganhos de eficiência e reabilitação dos sistemas de água e esgoto, para garantir a integridade dos mesmos; e (iv) financiar ciclos de investimentos previstos nos contratos de concessão e parcerias público-privadas celebradas pela Companhia. Essas medidas ampliam a sua rede de atuação e a interação entre a Companhia e a administração pública (direta ou indireta, conforme o caso). Adicionalmente, a Companhia destina parte destes recursos para aumentar seu volume de capital de giro e também para financiar algumas de suas aquisições.

As principais garantias que a Companhia oferece para a captação de linhas de financiamento têm sido a cessão dos direitos sobre os seus recebíveis (tarifas cobradas aos usuários de seus serviços) e repasses recebidos da contraparte das PPPs, penhor de ações de suas controladas, fianças bancárias e avais de acionistas.

### **Descrição dos Contratos Financeiros Relevantes**

Apresentamos abaixo a descrição dos contratos financeiros relevantes da Companhia na data deste Formulário de Referência:

#### **2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples da Igua Rio de Janeiro S.A.**

Em 31 de julho de 2021 a Companhia emitiu debêntures simples, através de oferta pública com esforços restritos de colocação no montante de R\$4.000.000 podendo ser distribuída parcialmente desde que obedecida a colocação mínima de R\$3.200.000.

As debêntures tem vencimento em 31 de julho de 2025.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Possuem remuneração fixa equivalente a 3,80% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste contrato era R\$ 3.332,6 milhões.

### 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Saneamento S.A.

Em 24 de julho de 2020, a Companhia formalizou o "*Instrumento Particular de Escriturada Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Iguá Saneamento S.A.*", no montante total de R\$620,5 milhões. As Debêntures contam com um prazo de vencimento de 14 anos contados a partir da data de emissão, com vencimento previsto para 15 de julho de 2034.

A taxa incidente na emissão é de IPCA + 6,10% ao ano.

Os recursos obtidos com a oferta serão destinados para o projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Cuiabá, por meio da controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

A Companhia obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o índice financeiro representado pelo quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado, que deverá ser inferior ou igual (a) 4,2x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (b) 3,8x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (c) 3,5x de 31 de dezembro de 2022 até o final da vigência do contrato. O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado não automático do contrato.

### 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Saneamento S.A.

Em 29 de abril de 2019 a Companhia formalizou instrumento particular de escritura da quarta emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$120,0 milhões.

As Debêntures contam com um prazo de vencimento de 84 meses contados a partir da data de emissão, com vencimento previsto para 15 de maio de 2026.

A taxa incidente na emissão é de CDI + 3,5% ao ano.

Os recursos líquidos obtidos serão utilizados para investimentos da Companhia em suas sociedades investidas.

A Companhia obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM:

- Dívida Líquida / EBITDA 2019: igual ou inferior a 4,5x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2020: igual ou inferior a 4,2x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2021: igual ou inferior a 3,8x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2022: igual ou inferior a 3,5x;

O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado não automático do contrato.

### 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Saneamento S.A.

Em 27 de março de 2018 a Companhia formalizou instrumento particular de escritura da terceira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

distribuição pública, com esforços restritos, no montante de R\$70,0 milhões. Em 05 de novembro de 2021, houve a liquidação antecipada dessas debêntures.

### **Contrato de Financiamento BNDES da Águas Cuiabá S.A.**

A Águas Cuiabá S.A. celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0424.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 26 de agosto de 2014.

Em 14 de dezembro de 2016 foi assinado o Primeiro aditivo ao contrato de financiamento. Em 11 de janeiro de 2017 foi assinado o Segundo aditivo ao contrato de financiamento. Em 23 de junho de 2017 foi assinado o Terceiro aditivo ao contrato de financiamento. Em 14 de janeiro de 2018 foi assinado o Quarto aditivo ao contrato de financiamento. Em 4 de junho de 2019, foi assinado o Quinto aditivo ao contrato de financiamento. Em 4 de junho de 2020, foi assinado o Sexto aditivo ao contrato de financiamento. Em 30 de julho de 2020, foi assinado o Sétimo aditivo ao contrato de financiamento.

O valor de principal do Contrato é de R\$327,5 milhões, os recursos são destinados à modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no limite territorial urbano no Município de Cuiabá e dos Distritos de Caxipó do Ouro, Guia, Aguaçu, Sucuri e Nova Esperança Pequizeiro, divididos nos seguintes subcréditos: (i) Subcrédito "A": R\$260,5 milhões e (ii) Subcrédito "B": R\$67 milhões. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 3,39% a.a. acima da Taxade Juros de Longo Prazo – TJLP.

Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 3,39% a.a. acima da Taxade Referência divulgada pelo BNDES – que, no caso deste contrato, é o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

O contrato BNDES Cuiabá é garantido, integralmente: (i) através de 100% das ações da Águas Cuiabá, onde PCT e Companhia são acionistas, compartilhada com o Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Igua Saneamento S.A. ; (ii) cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios emergente do Contrato de Concessão de Cuiabá, compartilhada com o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto; e (iii) aval solidário da Companhia. Além disso, a Companhia, controladora direta, detém obrigações de aportes de capital no caso da Águas Cuiabá: não comprovar, durante toda a vigência do contrato, a manutenção do Índice de Cobertura de Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3; (ii) utilizar recursos oriundos da conta reserva; e (iii) caso a fiança prestada por instituição financeira em substituição à mencionada conta reserva seja executada pelo BNDES e não tenha ocorrido a emissão de nova fiança no prazo e conforme termos estipulados no contrato de cessão fiduciária.

A Águas Cuiabá obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o seguinte índice apurado anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3x.

### **2ª Emissão de Debêntures – Águas Cuiabá**

Em 14 de julho de 2020, a Águas Cuiabá realizou a sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, para colocação privada.

Em 30 de julho de 2020 foi celebrado o primeiro aditamento na escritura de emissão para fins de fixação da remuneração das debêntures.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O valor do principal das debêntures é de R\$ 620.486.000,00 (seiscentos e vinte milhõese quatrocentos e oitenta e seis mil reais), na data de emissão, atualizado, a partir da primeira data de integralização, pela variação acumulada do IPCA.

Sobre o valor do principal atualizado incidem juros pagos semestralmente da seguinte maneira: 6,10% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois ) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das debêntures ou data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até o primeiro dia útil após a data do efetivo pagamento (exclusive). A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira parcela devida em 14 de janeiro de 2021 e a última parcela devida na e a última em 14 de julho de 2034.

O valor nominal das debêntures será pago semestralmente, sendo a primeira parcela devida em 14 de janeiro de 2023 e a última parcela devida na e a última em 14 de julho de 2034.

Os recursos desta emissão foram/serão utilizados para (i) o reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 (vinte e quatro) meses que antecedem a data de 31 de julho de 2020; ou (ii) pagamento futuro no âmbito do investimento no projeto enquadrado em caráter prioritário, nos termos da Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.797, de 27 de novembro de 2019,

As debêntures da Águas Cuiabá são garantidas pela cessão fiduciária de direitos creditórios emergentes do contrato de cessão e tem como agente fiduciário a instituição financeira Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, compartilhado com o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0424.1 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A Águas Cuiabá obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o seguinte índice apurado anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3x.

### **Contrato de Financiamento e Repasse – Empréstimo CEF Agreste Saneamento**

Em 18 de dezembro de 2013 a Agreste Saneamento celebrou Contrato de Financiamento e Repasse com a Caixa Econômica Federal com objetivo de financiar investimentos voltados à melhoria e ampliação do sistema de Abastecimento de Água dos Municípios de Arapiraca, Campo Grande, Coité do Nória, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Olho D'Água Grande e São Brás, todos do Estado de Alagoas.

O valor de principal do Empréstimo é de R\$146,8 milhões sobre os quais incidem juros equivalentes a 100% da taxa referencial - TR, acrescidos de 6,0% a.a. de taxa de juros, 2,0% a.a. de taxa de administração e de 0,7% a.a. de taxa de risco de crédito.

O Empréstimo CEF –Agreste Saneamento é garantido (i) vinculação de 100% da receita da Agreste Saneamento, por meio da estrutura de contas especiais de garantia (*escrow accounts*) e observadas as regras de liberação dos recursos a serem depositados em tais contas; (ii) penhor de 100% dos direitos creditórios, representados pela receita vinculada e empenhada; e penhor de 100% das ações de emissão da Agreste Saneamento.

O valor principal será amortizado, mensalmente, por meio de parcelas mensais e sucessivas no sistema Price, após um período máximo de carência 18 meses. Esse período é medido através de uma possível antecipação da conclusão das obras. Os juros durante o período de carência serão integrados ao valor do principal. Sendo vencimento do contrato em fevereiro de 2035.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Agreste Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- Capital Social maior ou igual a 20% CAPEX; e
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3.

### **Contrato de Financiamento – Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê –SPAT**

Em 06 de abril de 2009, a SPAT Saneamento celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0032.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Posteriormente, as partes celebraram o 1º termo aditivo ao contrato de financiamento, em 31 de agosto de 2010 por meio do qual se alterou a destinação dos recursos disponibilizados. Em 4 de julho de 2013, foi assinado o 2º termo aditivo ao contrato de financiamento, dispondo sobre o novo prazo para apresentação da Licença de Operação Definitiva. Em 2 de julho de 2020, foi assinado o 3º termo aditivo ao contrato de financiamento, dispondo sobre a alteração dos índices econômico financeiros, exclusão das Intervenientes Empresa Nacional de Participações – ENPAR e Galvão Engenharia S.A., incluir como anexo o 1º aditivo ao contrato de prestação de serviços de assistência técnica firmado entre a SPAT e a Iguá Saneamento. Em 3 de julho de 2020, foi assinado o 4º termo aditivo ao contrato de financiamento, dispondo sobre a suspensão temporária de pagamentos entre maio de 2020 e outubro de 2020.

O valor de principal do Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê é de R\$275,0 milhões.  
A incidência de juros obedecerá aos seguintes critérios:

- Quando a TJLP for superior a 6% a.a.: o montante correspondente à parcelada TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado no dia 15 de cada mês de vigência do contrato e no vencimento, conforme aplicação da fórmula constante do contrato. O percentual de 2,8% a.a. acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% a.a. incidirá sobre o saldo devedor.
- Quando a TJLP for inferior ou igual a 6% a.a.: O percentual de 2,8% a.a. acrescido da própria TJLP incidirá sobre o saldo devedor.

O Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê prevê as seguintes garantias: (i) penhor das ações das intervenientes controladoras Iguá Saneamento, na própria SPAT Saneamento; (ii) fiança da interveniente fiadora, Empresa Nacional de Participações

S.A. – ENPAR (esta obrigação não existe mais dado o cumprimento das condições de liberação dessa garantia previstas em contrato); (iii) para o valor que exceder R\$250.000.000,00, apresentar carta fiança e (iv) contrato de suporte dos acionistas no caso de eventual descumprimento dos índices econômico-financeiros previstos em contrato, esta garantia foi extinta em 2 de julho de 2020 com a assinatura do distrato deste contrato. Em ambas as hipóteses, a responsabilidade assumida é solidária e envolve todas as obrigações até o final da liquidação deste contrato.

A SPAT obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3;
- Estoque de Dívida  $\leq$  3,5.

### **2ª Emissão de Debêntures – Paranaguá Saneamento**

Em 28 de julho de 2020, a Paranaguá Saneamento formalizou o “*Instrumento Particular da Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Paranaguá Saneamento S.A.*”, no valor total de R\$ 259,8 milhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As debêntures farão jus à remuneração fixa equivalente a IPCA + 6,10 ao ano.

O prazo de vencimento é de 10 anos contados da data de emissão, sendo o vencimento previsto para 15 de julho de 2030.

Os recursos obtidos com a oferta serão destinados para o projeto de saneamento básico no Município de Paranaguá, por meio da controlada Paranaguá Saneamento.

A Paranaguá Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o índice financeiro representado pelo quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado, que deverá ser inferior ou igual (a) 4,75x durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022; (b) 3,75x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e (c) 3,50x de 31 de dezembro de 2024 até o final da vigência do contrato. O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado do contrato.

### 1ª Emissão de Debêntures – Paranaguá Saneamento

Em 29 de agosto de 2017, a Paranaguá Saneamento formalizou instrumento particular de escritura da primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, conforme definido no 1º aditamento de 17 de outubro de 2017, no valor total de emissão de R\$ 138,8 milhões.

Sobre o valor de principal incidem juros equivalentes a 100% da taxa de certificados de depósitos interbancários - CDI, acrescido de *spread* de 3,0% a.a.

O prazo de vencimento é de 96 meses contados da data de emissão, sendo o vencimento previsto para 04 de setembro de 2025.

O contrato conta como garantia o aval prestado pela Iguá Saneamento, a alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora e cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora.

A Paranaguá Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- Dívida Líquida/EBITDA em 2019: menor ou igual a 5,0x;
- Dívida Líquida/EBITDA em 2020: menor ou igual a 4,0x; e
- Dívida Líquida/EBITDA a partir de 2021: menor ou igual a 3,5x.

### (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além dos contratos indicados acima, não há relações de longo prazo com outras instituições financeiras que sejam relevantes para a Companhia e suas controladas. A Companhia busca desenvolver relações comerciais estáveis com os principais agentes financeiros no mercado, visando desenvolver soluções adequadas para as necessidades de serviços financeiros, além de possibilitar o acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

### (iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

### (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os contratos de empréstimo e financiamento descritos acima possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente utilizadas, tais como nas hipóteses (i) de ocorrência de operações de incorporação, fusão ou cisão das companhias devedoras; (ii) de mudanças adversas na situação financeira das companhias devedoras; e (iii) de alteração de controle societário direto ou indireto das companhias devedoras. Ainda, alguns dos contratos de empréstimo e financiamento celebrados pela Companhia determinam que o pagamento de dividendos – com exceção do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou juros sobre capital próprio pela Companhia – caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias relacionadas aos contratos, gera o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes destes. Em vista das restrições, tais eventos ficam condicionados à obtenção de *waiver* dos credores.

Nos contratos financeiros celebrados com o BNDES, estes poderão vencer antecipadamente se for comprovada: (i) a redução do quadro pessoal da Companhia sem atendimento a certos requisitos no contrato; (ii) a existência de sentença condenatória transitada em julgado, relativamente à prática de atos, por nós, que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; (iii) o não cumprimento de dispositivo que importe obrigações constantes no contrato ou (iv) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações do contrato.

Nos contratos com a Caixa Econômica Federal, as principais hipóteses que podem gerarum evento de vencimento antecipado automático são: (i) falsidade das declarações prestadas que prejudiquem a capacidade de pagamento; (ii) não pagamento de 3 (três) prestações mensais consecutivas; (iii) cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas no contrato, sem prévia e expressa aprovação; (iv) decretação de falência, deferimento de recuperação extrajudicial, deferimento de recuperação judicial ou liquidação; (v) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento; (vi) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios, sem prévia autorização; (vii) rescisão do contrato de concessão; (viii) existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou judicial transitado em julgado que impeça a conclusão do projeto; (ix) a existência de sentença condenatória definitiva em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; (x) descumprimento de decisão de autoridade administrativa ou judicial relativa à executadodo projeto, que provoque efeitos materiais adversos; e (xi) descumprimento de quaisquer obrigações previstas nos contratos referentes à constituição das garantias.

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia e suas controladas cumprem com todas as obrigações, índices financeiros e limites estabelecidos nos instrumentos de financiamento.

Para mais informações acerca de obrigações por nós assumidas em nossos contratos financeiros, ver item 10.1.f deste Formulário de Referência.

Além disso, a legislação, que regula nossos contratos de concessão e parceria público privadas, bem como todos os nossos referidos contratos, veda a alienação de nosso controle acionário sem a prévia anuência do poder concedente ou do parceiro público, conforme o caso.

#### **(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

As restrições que nos foram impostas nos contratos de empréstimos descritos acima estão sendo atendidas. Para maiores informações, segue abaixo quadro com os valoresde utilização dos limites de crédito, que possuímos junto às instituições financeiras nas quais contratamos financiamentos:

**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

Empresa	Credor	Contrato	Valor Contratado	Sub créditos	Valor Subcrédito	Valor Desembolsado	Índice e Taxa de juros (%)	Vencimento
Paranaguá Saneamento	BNDES	09.2.0585.1	25.551.967,52	C	6.934.294,21	6.902.443,43	TJLP + 1,4% a.a	nov/24
				D	6.934.294,21	6.902.443,43	TJLP + 1,4% + 1% a.a	nov/24
Paranaguá Saneamento	BNDES	12.2.0121.1	10.172.500,00	A	9.056.661,44	7.803.266,65	TJLP + 1,4% a.a	abr/22
				B	668.635,69	639.603,48	TJLP + 1,4% a.a	abr/22
				C	447.202,87	447.202,87	TJLP + 1,4% a.a	abr/22
SPAT Saneamento	BNDES	09.2.0032.1	275.000.000,00	A	271.016.461,93	271.016.461,93	TJLP + 2,8% a.a	jan/24
				B	3.983.538,07	3.983.538,07	TJLP + 2,8% a.a	jan/24
Sanessol	BNDES	10.2.0370.1	24.215.110,00	A1	4.531.062,60	4.531.062,60	TJLP + 1,4% a.a	mai/25
				A2	4.531.062,60	4.531.062,60	TJLP + 1,4% + 1% a.a	mai/25
Guaratinguetá	BNDES	11.2.1176.1	19.203.820,94	A	11.383.581,57	9.075.329,24	TJLP + 1,4% a.a	fev/27
				B	7.820.239,37		TJLP + 1,4% a.a	fev/27
Águas Cuiabá	BNDES	14.2.0424.1	327.535.000,00	A	260.539.000,00	254.009.506,64	TJLP + 3,39% a.a	set/32
				B	66.996.000,00	66.996.000,00	IPCA + NTN-B + 3,39% a.a	nov/31
Agreste Saneamento	Caixa	395171-14	146.807.379,57	Único	146.807.379,57	142.400.750,75	TR + 6% + 2% + 0,7% a.a	jul/35

**(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 comparado a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto %	Exercício social findo em 31 de dezembro				
	2022	AV%	2021	AV%	AH%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.385.567</b>	<b>11,8%</b>	<b>895.277</b>	<b>8,3%</b>	<b>54,8%</b>
Caixa e equivalente de caixa	769.131	6,5%	557.935	5,1%	37,9%
Debêntures e outros investimentos	2.596	0,0%	2.583	0,0%	0,5%
Depósitos bancários vinculados	72.866	0,6%	68.864	0,6%	5,8%
Contas a receber e outros recebíveis	482.712	4,1%	213.820	2,0%	125,8%
Impostos e contribuição a recuperar	24.321	0,2%	26.796	0,2%	-9,2%
Outros ativos	33.417	0,3%	23.862	0,2%	40,0%
Ativos de operação descontinuada	524	0,0%	1.417	0,0%	-63,0%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>10.388.058</b>	<b>88,2%</b>	<b>9.938.581</b>	<b>91,7%</b>	<b>4,5%</b>
Debêntures e outros investimentos	2.040	0,0%	4.489	0,0%	-54,6%
Depósitos bancários vinculados	5.716	0,0%	5.152	0,0%	10,9%
Contas a receber e outros recebíveis	692.981	5,9%	685.184	6,3%	1,1%
Impostos e contribuição a recuperar	12.208	0,1%	16.812	0,2%	-27,4%

**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

Dividendos e juros de capital próprio a receber	4.441	0,0%	4.441	0,0%	0,0%
Outros ativos	12.882	0,1%	10.906	0,1%	18,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	445.008	3,8%	241.507	2,2%	84,3%
Investimentos	103.788	0,9%	96.731	0,9%	7,3%
Ativos de direito de uso	9.157	0,1%	11.055	0,1%	-17,2%
Imobilizado	26.404	0,2%	15.533	0,1%	70,0%
Intangível e ativo de contrato	9.073.433	77,1%	8.846.771	81,7%	2,6%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.773.625</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.833.858</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,7%</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.268.068</b>	<b>10,8%</b>	<b>1.416.420</b>	<b>13,1%</b>	<b>-10,5%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	198.231	1,7%	117.680	1,1%	68,4%
Poder concedente a pagar	-	0,0%	1.092.900	10,1%	-100,0%
Empréstimos e financiamentos	92.085	0,8%	86.709	0,8%	6,2%
Debêntures	865.836	7,4%	36.234	0,3%	2289,6%
Passivo de arrendamento	7.042	0,1%	5.706	0,1%	23,4%
Obrigações fiscais	41.831	0,4%	29.644	0,3%	41,1%
Provisões e encargos trabalhistas	57.198	0,5%	40.465	0,4%	41,4%
Outras obrigações	4.630	0,0%	6.288	0,1%	-26,4%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.137	0,0%	114	0,0%	897,4%
Passivos de operação descontinuada	78	0,0%	680	0,0%	-88,5%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.353.256</b>	<b>62,5%</b>	<b>6.529.006</b>	<b>60,3%</b>	<b>12,6%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	105	0,0%	148	0,0%	-29,1%
Poder concedente a pagar	1.654.604	14,1%	1.457.200	13,5%	13,5%
Empréstimos e financiamentos	579.364	4,9%	651.938	6,0%	-11,1%
Debêntures	4.924.132	41,8%	4.230.571	39,0%	16,4%
Passivo de arrendamento	2.526	0,0%	-	0,0%	0,0%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	619	0,0%	919	0,0%	-32,6%
Obrigações fiscais	65.975	0,6%	68.368	0,6%	-3,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	121.253	1,0%	114.427	1,1%	6,0%
Provisão para perdas em causas judiciais	4.678	0,0%	5.435	0,1%	-13,9%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.152.301</b>	<b>26,8%</b>	<b>2.888.432</b>	<b>26,7%</b>	<b>9,1%</b>
Capital social	2.927.834	24,9%	2.394.914	22,1%	22,3%
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	877.372	7,5%	570.292	5,3%	53,8%
Ações em tesouraria	(13.993)	-0,1%	(13.993)	-0,1%	0,0%
Reservas de capital	34.167	0,3%	23.820	0,2%	43,4%
Reservas de lucro	39.704	0,3%	26.724	0,2%	48,6%
Ágio em transações de capital	(64.838)	-0,6%	(64.838)	-0,6%	0,0%
Prejuízos acumulados	(655.410)	-5,6%	(54.971)	-0,5%	1092,3%
Participação de não controladores	7.465	0,1%	6.484	0,1%	15,1%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>11.773.625</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.833.858</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0%</b>

**Ativo Circulante**

O ativo circulante representava 11,8% do ativo total em 31 de dezembro de 2022, contra 8,3% em 31 de dezembro de 2021, apresentando um aumento de R\$490,1 milhões ou 54,8%, passando de R\$895 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.385 milhões em 31 de dezembro de 2022. O aumento do ativo circulante ocorreu principalmente em função do aumento de caixa e equivalente de caixa e contas a receber e outros recebíveis, decorrentes do início da fase operacional da Iguá Rio de Janeiro.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados**

Os saldos das contas caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados cresceram R\$215,2 milhões, passando de R\$629,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$844,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, decorrente principalmente do início da fase operacional da Iguá Rio de Janeiro e emissão de novas debêntures.

### **Contas a receber e outros recebíveis**

Os saldos das contas a receber e outros recebíveis aumentaram em R\$268,9 milhões ou 126% passando de R\$213,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$482,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, decorrente principalmente do início da fase operacional da Iguá Rio de Janeiro.

### **Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante representava 88,2% do ativo total da Companhia em 31 de dezembro de 2022, apresentando um aumento de 4,5% quando comparado a 31 de dezembro de 2021, passando de R\$9.938,6 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$10.388,0 milhões em 31 de dezembro de 2022. No ativo não circulante ocorreu aumento em função, principalmente, do reconhecimento de diferido sobre prejuízo fiscal do ano anterior e investimentos em intangível.

### **Passivo Circulante**

O passivo circulante representava 10,8% do total de passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022, contra 13,1% em 31 de dezembro de 2021, apresentando uma redução de R\$148,3 milhões ou 10,5%, passando de R\$1.416,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.268,0 milhões em 31 de dezembro de 2022. A redução do passivo circulante ocorreu principalmente em função do pagamento da outorga para o poder concedente da Iguá Rio de Janeiro.

### **Empréstimo e financiamentos**

O saldo de empréstimos e financiamentos apresentou aumento de R\$6,7 milhões ou 7,3%, passando de R\$92,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$99,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, decorrente de vencimentos a curto prazo das dívidas, com impacto maior das parcelas de financiamentos de Cuiabá e Spat que serão pagos em 2023.

### **Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 representava 60,3% do total do passivo e do patrimônio líquido, contra 62,5% em 31 de dezembro de 2022, apresentando um aumento de R\$824,5 milhões ou 12,6%, passando de R\$6.529,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$7.353,2 milhões em 31 de dezembro de 2022. O aumento do passivo não circulante ocorreu principalmente em função do crescimento do saldo de juros das debêntures e poder concedente a pagar.

### **Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 representava 26,7% do total do passivo e do patrimônio líquido, apresentando em 31 de dezembro de 2022 um aumento de R\$263,9 milhões ou 9,1%, passando de R\$2.888,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$3.152,3 milhões em 31 de dezembro de 2022. A variação do patrimônio líquido ocorreu principalmente em função da emissão de debêntures conversíveis e aumento de capital.

**Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Companhia em 31 de****2.1 Condições financeiras patrimoniais**

Em milhares de reais, exceto %	Exercício social findo em 31 de dezembro				
	2021	AV%	2020	AV%	AH%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>895.277</b>	<b>8,3%</b>	<b>839.816</b>	<b>28,6%</b>	<b>6,6%</b>
Caixa e equivalente de caixa	557.935	5,1%	475.012	16,2%	17,5%
Debêntures e outros investimentos	2.583	0,0%	31.651	1,1%	-91,8%
Depósitos bancários vinculados	68.864	0,6%	50.522	1,7%	36,3%
Contas a receber e outros recebíveis	213.820	2,0%	239.525	8,2%	-10,7%
Impostos e contribuição a recuperar	26.796	0,2%	16.940	0,6%	58,2%
Outros ativos	23.862	0,2%	26.166	0,9%	-8,8%
Ativos de operação descontinuada	1.417	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.938.581</b>	<b>91,7%</b>	<b>2.093.964</b>	<b>71,4%</b>	<b>374,6%</b>
Debêntures e outros investimentos	4.489	0,0%	6.939	0,2%	-35,3%
Depósitos bancários vinculados	5.152	0,0%	4.953	0,2%	4,0%
Contas a receber e outros recebíveis	685.184	6,3%	688.548	23,5%	-0,5%
Impostos e contribuição a recuperar	16.812	0,2%	17.135	0,6%	-1,9%
Dividendos e juros de capital próprio a receber	4.441	0,0%	3.191	0,1%	39,2%
Outros ativos	10.906	0,1%	3.064	0,1%	255,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	241.507	2,2%	79.521	2,7%	203,7%
Investimentos	96.731	0,9%	75.349	2,6%	28,4%
Ativos de direito de uso	11.055	0,1%	11.952	0,4%	-7,5%
Imobilizado	15.533	0,1%	13.775	0,5%	12,8%
Intangível e ativo de contrato	8.846.771	81,7%	1.189.537	40,5%	643,7%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>10.833.858</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.933.780</b>	<b>100,0%</b>	<b>269,3%</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.416.420</b>	<b>13,1%</b>	<b>351.395</b>	<b>12,0%</b>	<b>303,1%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	117.680	1,1%	81.324	2,8%	44,7%
Poder concedente a pagar	1.092.900	10,1%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	86.709	0,8%	135.011	4,6%	-35,8%
Debêntures	36.234	0,3%	79.915	2,7%	-54,7%
Passivo de arrendamento	5.706	0,1%	-	0,0%	0,0%
Obrigações fiscais	29.644	0,3%	25.572	0,9%	15,9%
Provisões e encargos trabalhistas	40.465	0,4%	28.444	1,0%	42,3%
Outras obrigações	6.288	0,1%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	114	0,0%	1.129	0,0%	-89,9%
Passivos de operação descontinuada	680	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.529.006</b>	<b>60,3%</b>	<b>1.772.462</b>	<b>60,4%</b>	<b>268,4%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	148	0,0%	8.834	0,3%	-98,3%
Poder concedente a pagar	1.457.200	13,5%	-	0,0%	0,0%
Empréstimos e financiamentos	651.938	6,0%	644.487	22,0%	1,2%
Debêntures	4.230.571	39,0%	914.381	31,2%	362,7%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	919	0,0%	962	0,0%	-4,5%
Obrigações fiscais	68.368	0,6%	75.148	2,6%	-9,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	114.427	1,1%	119.684	4,1%	-4,4%

**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

Pagamento baseado em ações	-	0,0%	2.729	0,1%	-100,0%
Provisão para perdas em causas judiciais	5.435	0,1%	6.237	0,2%	-12,9%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.888.432</b>	<b>26,7%</b>	<b>809.923</b>	<b>27,6%</b>	<b>256,6%</b>
Capital social	2.394.914	22,1%	842.107	28,7%	184,4%
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	570.292	5,3%	-	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(13.993)	-0,1%	-	0,0%	0,0%
Reservas de capital	23.820	0,2%	22.744	0,8%	4,7%
Reservas de lucro	26.724	0,2%	10.153	0,3%	163,2%
Ágio em transações de capital	(64.838)	-0,6%	(64.838)	-2,2%	0,0%
Prejuízos acumulados	(54.971)	-0,5%	(6.119)	-0,2%	798,4%
Participação de não controladores	6.484	0,1%	5.876	0,2%	10,3%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>10.833.858</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.933.780</b>	<b>100,0%</b>	<b>269,3%</b>

**Ativo Circulante**

O ativo circulante representava 8,3% do ativo total em 31 de dezembro de 2021, contra 28,6% em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de R\$55,5 milhões ou 6,6%, passando de R\$839,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$895,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento do ativo circulante ocorreu principalmente em função da emissão de debêntures conversíveis e aumento de capital.

**Caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados**

Os saldos das contas caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados cresceram R\$72,2 milhões, passando de R\$557,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$629,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, decorrente principalmente das emissões de debêntures e aumento de capital.

**Contas a receber e outros recebíveis**

Os saldos das contas a receber e outros recebíveis diminuíram em R\$25,7 milhões ou 10,7% passando de R\$239,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$213,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, decorrente principalmente da redução da TIR do ativo financeiro das PPP's.

**Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante representava 91,7% do ativo total da Companhia em 31 de dezembro de 2021, apresentando um aumento de 374,6% quando comparado a 31 de dezembro de 2020, passando de R\$2.094,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$9.938,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. No ativo não circulante ocorreu aumento em função principalmente da outorga da Iguá Rio de Janeiro S.A. na linha de intangível e ativo de contrato.

**Passivo Circulante**

O passivo circulante representava 13,1% do total de passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, contra 12,0% em 31 de dezembro de 2020, apresentando um aumento de R\$1.065,0 milhões ou 303,1%, passando de R\$351,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.416,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento do passivo circulante ocorreu principalmente em função do poder concedente a pagar da Iguá Rio de Janeiro S.A.

**Empréstimo, financiamentos e debêntures**

O saldo de empréstimos e financiamentos apresentou redução de R\$42,6 milhões ou 31,6%, passando de R\$135,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$92,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, decorrente de saldos liquidados no período.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 representava 60,4% do total do passivo e do patrimônio líquido, contra 60,3% em 31 de dezembro de 2021, apresentando um aumento de R\$4.757,2 milhões ou 268,4%, passando de R\$1.772,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$6.529,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento do passivo não circulante ocorreu principalmente em função das novas emissões de debêntures e reconhecimento do poder concedente a pagar da Iguá Rio de Janeiro S.A.

### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 representava 27,6% do total do passivo e do patrimônio líquido, apresentando em 31 de dezembro de 2021 um aumento de R\$2.078,5 milhões ou 256,6%, passando de R\$809,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$2.888,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação do patrimônio líquido ocorreu principalmente em função da emissão de debentures conversíveis e aumento de capital.

### Demonstrações de Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta as principais variações no fluxo de caixa durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, conforme indicado abaixo:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em		
	2022	2021	2020
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	272.656	58.766	96.768
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(1.573.709)	(5.062.463)	(119.311)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	1.512.249	5.086.620	320.765
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	211.196	82.923	298.222
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	557.935	475.012	176.790
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	769.131	557.935	475.012

#### ***Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais***

O caixa líquido das atividades operacionais aumentou R\$213,9 milhões, passando de R\$58,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$272,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo que as principais variações no período ocorreram no aumento dos juros de empréstimos, financiamentos e debêntures.

O caixa líquido das atividades operacionais reduziu R\$38,0 milhões, passando de R\$96,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$58,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo que as principais variações no período ocorreram no aumento dos pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures devido as postergações pelo COVID 19 em 2020 e retomada em 2021.

#### ***Fluxo de caixa aplicado nas das atividades de investimentos***

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$1.573,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 em comparação com o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$5.062,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021,

representando uma redução de R\$3.488,7 milhões, em função da entrada da concessão da Iguá Rio de Janeiro em 2021.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$5.062,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$119,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$4.943,1 milhões, em função da entrada da concessão da Iguá Rio de Janeiro em 2021.

### ***Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos***

Em 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$1.512,2 milhões, e em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$5.086,6 milhões, representando uma redução de R\$3.574,4 milhões, explicado pela ocorrência de novas emissão de debêntures e aumento de capital em 2021, que foi reduzido em 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$5.086,6 milhões, e em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$320,8, representando um aumento de R\$4.765,9 milhões, explicado pela ocorrência de novas emissão de debêntures e aumento de capital.

### ***Aumento (redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa***

Em 31 de dezembro de 2022, em decorrência dos fatores acima descritos, o saldo de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$769,1 milhões, apresentando aumento de R\$211,2 milhões em comparação com o saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$557,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, em decorrência dos fatores acima descritos, o saldo de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$557,9 milhões, apresentando aumento de R\$82,9 milhões em comparação com o saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$475,0 milhões.

**2.2 – Os diretores devem comentar:****2.2 Resultados operacional e financeiro****(a) resultados das operações do emissor, em especial**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida da Companhia apresentou um aumento de R\$1.031,7 milhões ou 97,5% na comparação como exercício findo em 31 de dezembro de 2021, alcançando o montante de R\$2.089,8 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida da Companhia apresentou um aumento de R\$300,5 milhões ou 39,7% na comparação como exercício findo em 31 de dezembro de 2020, alcançando o montante de R\$1.058,2 milhões.

**(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

As receitas da Companhia são compostas preponderantemente pelo recebimento das tarifas pagas pelos usuários, em função da sua prestação de serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, no âmbito de seu contrato de concessão.

Em função das características do mercado onde a Companhia atua, suas receitas possuem alto grau de previsibilidade, bem como baixo índice de inadimplência, o que possibilita obter constantes índices de crescimento em suas receitas operacionais, conforme mencionado no item "b" abaixo.

A receita de construção é reflexo do volume de obras definidos pelos nossos contratos e varia, principalmente, pelo estágio de maturação de cada contrato e de acordo com as suas especificidades.

**(ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

As condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia foram positivamente influenciados pela melhoria operacional de nossas operações, aumento no número de economias de água e esgoto, aumento no volume faturado de esgoto, diminuição das perdas e centralização dos processos administrativos.

**(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas da Companhia são oriundas do recebimento das tarifas pagas pelos usuários, em função da sua prestação de serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento esgoto, no âmbito dos contratos de concessão da Companhia. Além disso, no âmbito de suas parcerias público-privadas, a Companhia recebeu repasse das tarifas pagas pelos consumidores finais às empresas públicas das quais a Companhia é parceira. Tanto as tarifas quanto os repasses obedecem a critérios de reajustes anuais, que acompanham a inflação ou refletem a composição dos custos e despesas da Companhia, de acordo com índices de reajuste mais relevantes. Na hipótese de ocorrência de eventos extraordinários, a Companhia possui a prerrogativa de pleitear perante o poder concedente ou parceiro público o reequilíbrio contratual, demodo a restabelecer a rentabilidade originalmente prevista em cada um de seus contratos de concessão e/ou parceria público-privada.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### **(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

O resultado operacional da Companhia é impactado, quanto aos custos operacionais, principalmente pelo custo de fornecimento de água da CEDAE, pelos custos de energia elétrica, que são os principais insumos utilizados.

É relevante também o custo de mão-de-obra, que por sua vez, é influenciado pelo dissídio negociado para a categoria.

As taxas de câmbio e de juros não tiveram impacto relevante no resultado operacional da Companhia, pois a Companhia não tem receitas ou custos relevantes que sejam influenciados de forma significativa por estes fatores.

O resultado financeiro foi impactado significativamente pelas taxas de juros, pois parcela significativa da estrutura de capital da Companhia é composta por capital de terceiros, sendo a maior parte indexada ao CDI; essa exposição é parcialmente compensada pelo resultado das aplicações financeiras, que são majoritariamente indexadas ao CDI.

## **2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases**

### **2.3 – Práticas contábeis: os diretores devem comentar:**

#### **(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da companhia.

#### **(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foram emitidos sem ressalvas.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**2.4 – Efeitos relevantes: os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional até o período findo de 31 de dezembro de 2022.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária até o período findo de 31 de dezembro de 2022.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Não praticamos operações ou eventos não usuais no período findo em 31 de dezembro de 2022.

## 2.5 Medições não contábeis

**2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

### Receita Operacional Líquida Ajustada

A Receita Líquida Ajustada é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a Receita Operacional Líquida excluindo, assim como no cálculo do EBITDA Ajustado, os efeitos relacionados ao ICPC 01, relativo à receita de construção reconhecida quando da realização de obras e melhorias, e ao CPC 47, relativo ao reconhecimento de receita de contrato com clientes.

A Receita Líquida Ajustada não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e não deve ser considerada como substituta da receita operacional líquida, não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Receita Operacional Líquida para a Receita Líquida Ajustada da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020
Receita operacional líquida	2.089.812	1.058.152	757.661
(+) Receita operacional líquida das operações não consolidadas <sup>1</sup>	80.306	71.526	102.989
(-) Receita de construção (ICPC 01) <sup>2</sup>	(510.838)	(460.799)	(181.510)
(+) Receita de contrato com cliente (CPC 47) <sup>3</sup>	29.477	20.515	17.057
<b>(=) Receita Líquida Ajustada</b>	<b>1.688.756</b>	<b>689.394</b>	<b>696.197</b>

(1) Refere-se à adição proporcional à participação da Igua da receita operacional líquida das operações não consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Os Diretores da Companhia entendem que esta adição é necessária para a visualização da capacidade de geração de receita do Grupo Econômico incluindo as operações onde possuímos controle compartilhado.

(2) Refere-se à receita de construção aferida conforme ICPC 01 para todas as atividades de construção ou melhoria de infraestrutura à qual a concessionária tem o direito de exploração. Os Diretores da Companhia entendem que é necessário eliminar este ajuste contábil da receita líquida pois não há efeito caixa relacionado à receita de construção, o que pode distorcer a percepção sobre o potencial de geração de receita do Grupo Econômico.

(3) Refere-se à adição de receitas não reconhecidas, uma vez que as receitas devem ser reconhecidas pelo valor que se espera que a Companhia venha a receber em contrapartida dos produtos e serviços entregues. Nesse contexto, convencionou-se que o faturamento de receitas a clientes que não vem pagando há longa data (mais de 360 dias) não deve ter seu reconhecimento de receitas realizado. Gerencialmente, as receitas estão reconhecidas com base nos serviços/produtos entregues, motivo pelo qual efetuamos tal ajuste.

Os Diretores da Companhia entendem que a receita líquida ajustada é uma métrica importante para a análise da receita da Companhia, uma vez que não é afetada por flutuações decorrentes de ajustes contábeis como, por exemplo, a receita de construção, que varia em função da aquisição de intangível e imobilizado e pode sofrer grandes variações a depender do ano e do cronograma de investimentos da Companhia, sendo medidas não contábeis normalmente utilizadas por investidores e analistas de mercado.

Os Diretores da Companhia entendem que essa medida não contábil são informações adicionais às nossas informações contábeis, uma vez que permite, na visão dos Diretores da Companhia, uma compreensão da condição financeira e da evolução do nosso resultado, já que funciona como ferramenta comparativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho e para embasar decisões de natureza administrativa.

## 2.5 Medições não contábeis

Esta medida não contábeis não deve ser utilizada em substituição às informações contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

### EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras nos termos previstos na Instrução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme aditada ("Resolução CVM 156"). O EBITDA consiste no prejuízo do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, e pelos custos e despesas com depreciação e amortização.

A Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao prejuízo do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos), pelos custos e despesas com depreciação e amortização, pela adição dos efeitos relativos à perda de créditos esperadas e pela adição dos efeitos de receita de contrato com cliente.

A Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida ajustada.

O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis definidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("BR GAAP"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devem ser considerados como substitutos ou alternativas ao prejuízo do exercício, como indicadores do desempenho operacional, medida de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do prejuízo do exercício para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020
Prejuízo do exercício	(586.479)	(47.800)	(4.705)
(+) Resultado financeiro, líquido	982.224	244.888	150.428
(-) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(163.146)	(142.272)	21.168
(+) Depreciação e amortização	280.545	100.015	72.065
(+) Resultado de operações descontinuadas	1.184	52.476	–
<b>(=) EBITDA</b>	<b>514.329</b>	<b>207.307</b>	<b>238.957</b>
(+) Inclusão proporcional das operações não consolidadas	25.195	21.542	34.167
(+) Exclusão ICPC 01 - Contrato de construção <sup>1</sup>	32.500	38.427	28.917
(+) Exclusão CPC 47 - Receita de contrato com cliente <sup>2</sup>	29.477	20.515	17.057
(+) Exclusão CPC 48 - Instrumentos financeiros <sup>3</sup>	54.175	(8.330)	2.517
(+) Exclusão CPC 18 - Equivalência patrimonial <sup>4</sup>	(7.057)	(7.383)	(5.815)
(+) Exclusão CPC 01 – Impairment <sup>4</sup>	900	61.359	(36)
(+) Exclusão CPC 31 - Operação descontinuada <sup>4</sup>	–	(59.056)	–
(+) Exclusão CPC 06 - Arrendamento Mercantil <sup>5</sup>	n.a.	n.a.	(5.170)
(+) Exclusão CPC 10 - Pagamento baseado em ações <sup>5</sup>	n.a.	n.a.	1.461
(+) Exclusão CPC 12 - Ajuste a valor presente <sup>5</sup>	n.a.	n.a.	4.004
(+) Exclusão ICPC 08 – Dividendos <sup>5</sup>	n.a.	n.a.	(510)



## 2.5 Medições não contábeis

(+) Efeito não recorrente <sup>6</sup>	2.550	30.799	–
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>652.068</b>	<b>305.181</b>	<b>315.549</b>
Receita operacional líquida	1.688.756	700.872	689.669
Margem EBITDA <sup>7</sup>	30,5%	29,6%	34,6%
Margem EBITDA Ajustado <sup>8</sup>	38,6%	43,5%	45,8%

(1) Exclusão de receitas e custos de construção por não possuírem efeito caixa.

(2) Refere-se à adição do efeito não caixa gerado pelas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa pela perspectiva esperada, a qual contempla a estimativa de perdas inclusive sobre valores a vencer. Gerencialmente, a Companhia se vale do conceito de perdas pela perspectiva incorrida, sendo considerados como perdas prováveis os valores vencidos há mais de 180 dias, ou seja, para os quais existe um fato ocorrido, que é o atraso acima de 180 dias.

(2) Refere-se à adição de receitas não reconhecidas, uma vez que as receitas devem ser reconhecidas pelo valor que se espera que a Companhia venha a receber em contrapartida dos produtos e serviços entregues. Nesse contexto, convencionou-se que o faturamento de receitas a clientes que não vem pagando há longa data (mais de 360 dias) não deve ter seu reconhecimento de receitas realizado. Gerencialmente, as receitas estão reconhecidas com base nos serviços/produtos entregues, motivo pelo qual efetuamos tal ajuste.

(4) Exclusão de efeitos de equivalência patrimonial, impairment e operações descontinuadas por não possuírem efeito caixa.

(5) O ajuste dos efeitos de arrendamento mercantil, pagamento baseado em ações, ajuste a valor presente e dividendos existia até 2020, sendo descontinuado de 2021 em diante por entendermos que representam um efeito caixa.

(6) O ajuste dos efeitos não recorrentes de (i) contingência trabalhista referente ao antigo controlador e (ii) gastos pré-operacionais relacionados à operação no Rio de Janeiro são realizados por serem gastos pontuais que não representam o resultado recorrente das operações continuadas do Grupo Igua.

(7) Margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

(8) Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

Os Diretores da Companhia entende que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são métricas importantes para a análise do desempenho da Companhia, uma vez que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, bem como por outros itens sem impacto direto no fluxo de caixa da Companhia, sendo medidas não contábeis normalmente utilizadas por investidores e analistas de mercado.

Entendemos que essas medidas não contábeis são informações adicionais às informações contábeis, uma vez que permitem, na visão dos Diretores da Companhia, uma compreensão da condição financeira e da evolução do nosso resultado, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho e para embasar decisões de natureza administrativa.

Além disso, os Diretores da Companhia acreditam que essas medidas não contábeis oferecem aos investidores uma melhor compreensão da capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações e a capacidade de captar novas dívidas para investimentos e capital de giro.

Estas medidas não contábeis não devem ser utilizadas em substituição às informações contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Adicionalmente, não são medidas definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

### Dívida Bruta e Dívida Líquida

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como empréstimos e financiamentos e debêntures (circulantes e não circulantes). Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como dívida bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, debêntures e outros investimentos (circulante e não circulante) e depósitos bancários vinculados (circulante e não circulante).

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa ou como indicador de liquidez e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida nas datas indicadas:

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Empréstimos e financiamentos – Circulante e não circulante	671.449	727.982	779.498

## 2.5 Medições não contábeis

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Debêntures – Circulante e Não circulante	5.789.968	4.266.805	994.296
<b>Dívida Bruta<sup>(1)</sup></b>	<b>6.461.417</b>	<b>4.994.787</b>	<b>1.773.794</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(769.131)	(557.935)	(475.012)
(-) Debêntures e outros investimentos (Circulante e não circulante)	(4.636)	(7.072)	(38.590)
(-) Depósitos bancários vinculados (circulante e não circulante)	(78.582)	(74.016)	(55.475)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>5.609.068</b>	<b>4.355.764</b>	<b>1.204.717</b>

- (1) A Dívida Bruta e, consequentemente a Dívida Líquida da Companhia não consideram os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante), pois, no entendimento da Companhia, o passivo de arrendamento se enquadra no conceito de contrato executório, logo, a obrigação de pagamento está subordinada ao exercício efetivo do direito de uso durante todo o prazo do arrendamento.

A Companhia entende que a medição não contábil da Dívida Bruta e Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (*covenants* financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos de dívida.

### Índice de Alavancagem

O índice de alavancagem calculado pela Companhia, corresponde ao quociente da divisão da (i) soma do passivo total (capital de terceiros) com a participação de não controladores no patrimônio líquido, deduzido do montante de caixa e equivalente de caixa, debêntures e outros investimentos (circulante e não circulante) e depósitos bancários vinculados (circulante e não circulante), pelo (ii) patrimônio líquido atribuível aos controladores.

O índice de alavancagem elaborado pela Companhia não é uma medida de endividamento, liquidez ou lucratividade definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Índice de Alavancagem nas datas indicadas abaixo:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Total do passivo e participação de não controladores	7.628.711	7.951.910	2.129.733
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(769.131)	(557.935)	(475.012)
(-) Debêntures e outros investimentos (Circulante e não circulante)	(4.636)	(7.072)	(38.590)
(-) Depósitos bancários vinculados (circulante e não circulante)	(78.582)	(74.016)	(55.475)

## 2.5 Medições não contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
<b>(=) Total do passivo e participação de não controladores líquido de Caixa e equivalentes de caixa, Debêntures e outros investimentos (Circulante e não circulante) e Depósitos bancários vinculados (Circulante e não circulante) (A)</b>	<b>7.776.440</b>	<b>7.312.887</b>	<b>1.560.656</b>
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (B)	3.144.836	2.881.948	804.047
<b>Índice de alavancagem (A/B)</b>	<b>247,3%</b>	<b>253,7%</b>	<b>194,1%</b>

A Companhia entende que o Índice de Alavancagem é um indicador da relevância do capital de terceiros em sua estrutura de capital, e dessa forma pode auxiliar na compreensão da nossa vulnerabilidade em honrar com seus compromissos de curto prazo e de capital de giro de suas controladas e ainda manter o cronograma de investimentos necessários para o cumprimento dos contratos de concessão.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

**2.6 – Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.**

Não aplicável, tendo em vista que a companhia não teve evento subsequente às ultimas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022	2021	2020
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>a) 5% (cinco por cento) será aplicado antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>b) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado; essa reserva deverá ser revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda;</p> <p>c) A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;</p> <p>d) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, aprovação essa que poderá ocorrer na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, não podendo essa retenção ser aprovada em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório; e</p> <p>e) Uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências), e (ii) a reserva de incentivos fiscais (indicada no item (c) acima), poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro nos termos do Artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e/ou financiar o capital de giro da Companhia e/ou de suas empresas controladas ou coligadas, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.</p>		
<b>Valores das retenções de lucros</b>	No exercício social encerrado em 31/12/2022 foi apurado prejuízos, prejudicando destinação de resultados.	No exercício social encerrado em 31/12/2021 foi apurado prejuízos, prejudicando destinação de resultados.	No exercício social encerrado em 31/12/2020 foi apurado lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora no valor de R\$42.313 mil, destinado à compensação de prejuízo acumulados.
<b>Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	100%	100%	100%
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	Conforme nosso Estatuto Social, os nossos acionistas terão direito de receber dividendo anual mínimo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que		

## 2.7 Destinação de resultados

	tenham sido postos à disposição do acionista, e serão revertidos em nosso favor.		
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Em regra, a distribuição de dividendos será anual, podendo a nossa Companhia, nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações e do §3º do Artigo 30 do nosso Estatuto Social, vigente à época, por deliberação do Conselho de Administração, (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores e declarar dividendos ou juros sobre capital		
<b>d. Restrições à distribuição de dividendos</b>	Não possuímos restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. Entretanto, nossas controladas, SPAT Saneamento, Agreste Saneamento e Águas Cuiabá possuem restrições à distribuição de dividendos, em função de contratos celebrados com instituições financeiras.		
<b>e. Política de destinação de resultados</b>	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**2.8 – Itens não evidenciados: os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(iii) Contratos de construção não terminada**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.



## 2.10 Planos de negócios

### 2.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

#### (a) Investimentos

##### (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Ilustrando a capacidade e o comprometimento da Companhia com suas metas contratuais, os investimentos em intangível, excluindo as baixas do período, registraram um aumento significativo no período findo em 31 de dezembro de 2022, chegando a R\$499,2 milhões.

Os investimentos previstos ou em andamento são baseados nas metas estabelecidas em contratos de concessão e PPPs das operações da Companhia, suas controladas e controle compartilhado.

Entendemos que obras e melhorias para o saneamento básico são o caminho para proporcionar à população mais saúde, qualidade de vida e sustentabilidade.

A seguir o detalhamento dos investimentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (em milhares de R\$)

<b>Investimentos</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Água	131.071	27.594	37.433
Esgoto	183.478	34.962	28.874
Outros	32.675	3.463	2.833
Obras em Andamento (Água e Esgoto)	165.869	402.465	98.720
<b>Total</b>	<b>513.093</b>	<b>468.484</b>	<b>167.860</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos em intangível, excluindo as baixas do período totalizaram R\$499,2 milhões . Destacam-se como principais investimentos no período:

##### (i) Águas Cuiabá:

- Investimentos realizados para modernização, reativação da Estação Elevatória de Esgoto (EEE) da Prainha e para melhorias na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Dom Aquino. Com os investimentos, o Rio Cuiabá deixa de receber cerca de duas toneladas de carga poluidora por dia em seu leito.
- Inauguração da EEE Tijucal, que bombeará o esgoto coletado de aproximadamente 15 (quinze) bairros para a estação de tratamento de esgoto, retirando 1,5 tonelada de carga orgânica do Rio Coxipó.

##### (ii) Tubarão Saneamento:

## 2.10 Planos de negócios

- Aumento nos investimentos para a implantação do Sistema de Esgoto, ETE Figueira.

(iii) Atibaia Saneamento:

- Investimentos realizados na ampliação e modernização na ETE Estoril. A ampliação do sistema de esgoto beneficiará 83 mil moradores da cidade bem como o meio ambiente.
- ETE Caetetuba, que atenderá 25 (vinte e cinco) novos bairros no município.

(iv) Paranaguá Saneamento:

- Investimentos em esgoto para a finalização da 2ª (segunda) etapa do Sistema Cominese de esgotamento sanitário.

(v) Sanessol:

- Inauguração da ETE Fartura, considerada uma das mais modernas estações de tratamento de esgoto. Com a entrega, a cidade alcança a universalização do serviço e torna-se referência no cenário nacional.

*(ii) Fontes de financiamento dos investimentos*

A Companhia e suas controladas tem contratadas as principais linhas de crédito apresentadas no item 10.1.f.(i) deste Formulário de Referência.

*(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

A Companhia e suas controladas não realizaram quaisquer desinvestimentos de capital nos 3 (três) últimos exercícios sociais, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento.

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não haviam divulgado qualquer aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos.

**(c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

**2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outras informações que a Companhia entenda relevantes que não tenham sido fornecidas nos itens anteriores.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

#### 5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

**(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui Política de Gestão de Riscos que é formalizada e publicada internamente, cuja revisão foi aprovada pela Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração em 24/05/2021. O documento tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos corporativos e operacionais inerentes às atividades de negócio da Iguá Saneamento S.A.

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos de mercado, Política de Aplicações Financeiras, aprovada em 25/05/2022.

Nossas políticas podem ser consultadas em nosso website de relações com investidores: [ri.igua.com.br](http://ri.igua.com.br).

**(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer diretrizes e competências para a gestão de riscos, de forma que possibilite a identificação, a avaliação, a priorização, o tratamento, a comunicação e o monitoramento dos riscos do negócio. A política visa, ainda, divulgar e estimular a cultura de risco na Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos aplica-se a todo grupo Iguá e suas controladas diretas e indiretas.

A análise de riscos deve auxiliar o processo de tomada de decisão nos nossos diversos níveis de gestão. Além disso, a referida Política e o Procedimento de Gestão de Riscos tem como objetivo orientar os trabalhos de Auditoria Interna e Compliance da Companhia.

*i. os riscos para os quais se busca proteção*

Buscamos proteção para os riscos inerentes às nossas atividades e que possam ter impacto no alcance de nossos objetivos. Nossa abordagem é integrar o gerenciamento de Riscos no dia a dia na conduta dos nossos negócios por meio de um processo estruturado. Os riscos são inerentes a qualquer atividade de negócio, por isso é preciso conhecê-los e gerenciá-los adequadamente.

*ii. os instrumentos utilizados para proteção*

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Nossa abordagem metodológica baseia-se no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e nas diretrizes definidas na ISO 31000 para a Gestão do Risco, observando também os conceitos estabelecidos no Modelo de Três Linhas, desenvolvido pelo IIA (*The Institute of Internal Auditors*).

Buscamos mitigar nossos riscos por meio de um processo estruturado no que compete: (i) à identificação dos riscos; (ii) à análise dos riscos; (iii) à avaliação dos riscos; (iv) ao tratamento dos riscos; e (v) ao monitoramento dos riscos.

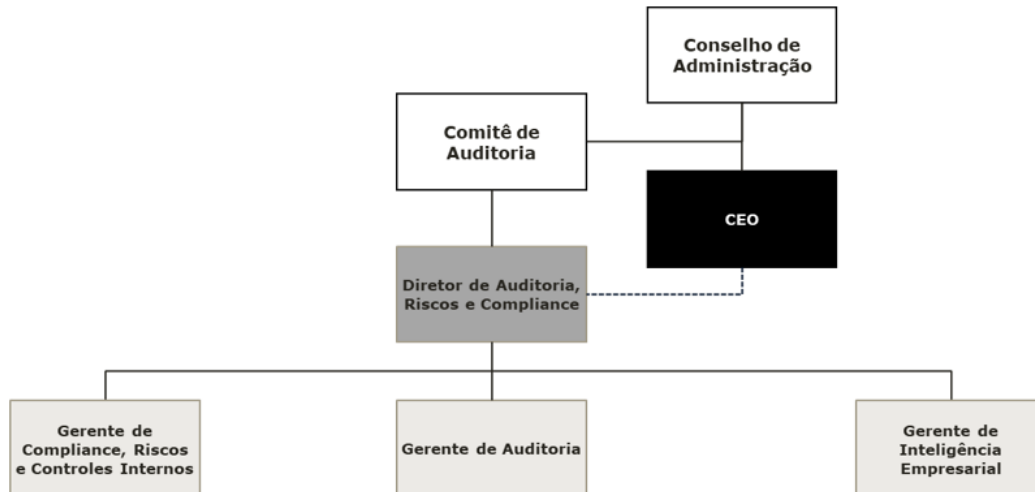
Considerando a atuação do nosso negócio e nossas operações, entendemos que os riscos e os mecanismos de mitigação e controle podem variar e incluem, mas não se limitam, aos aspectos listados abaixo, agrupados em riscos estratégicos, financeiros, operacionais, regulatório/legal, ambiental e reputacional/imagem, conforme segue:

- **Estratégico:** são os riscos associados à tomada de decisão da Administração e que podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia. Além disso, podem ocasionar impacto negativo na receita ou no capital da Companhia em consequência de um planejamento falho, da tomada de decisões adversas e mudanças em seu ambiente de negócio.
- **Financeiro:** risco de perda de recursos financeiros pela Companhia, relacionados às exposições cambiais, taxas de juros e flutuações de preços (ex.: falta de processos adequados de aprovação, falta de reconciliação de transações, operações em moeda estrangeira, preços de commodities, redução da margem de contribuição, acessos indevidos a transações de sistemas etc.).
- **Operacionais:** riscos de perdas resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos ou de sistemas, o que inclui ainda os riscos ambientais, sociais ou relacionados a fraudes. Estão relacionados a infraestrutura da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente de seus recursos.
- **Regulatório/Legal:** riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável ao setor de atuação, bem como de leis gerais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal).
- **Ambiental:** riscos de perdas no resultado e balanço da empresa, causadas por danos diretos ou indiretos ao meio ambiente. Estão relacionados a possibilidade de ocorrência de um evento associado à gestão inadequada de questões ambientais.
- **Reputacional/Imagem:** riscos de perdas ligados a possibilidade de ocorrência de um evento associado à exposição negativa da Companhia.

### *iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos*

A Igua possui uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos e controles internos que envolve, as estruturas de governança, a liderança executiva, e a Diretoria de Auditoria, Compliance, Riscos e Controles Internos, as áreas de negócios (donos de riscos), responsáveis pela implantação, manutenção e execução dos controles internos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



A estrutura de gerenciamento de riscos envolve as seguintes atribuições e responsabilidades internas, a saber:

**Conselho de Administração:** Conselho de Administração é responsável, entre outras coisas, por (i) Garantir que os riscos apresentados sejam monitorados de forma permanente, incluindo os recursos necessários para efetividade da gestão do risco. (ii) Tomar conhecimento imediato de riscos materializados de grau “alto”, e em datas oportunas, materialização de riscos de grau “médio”. (iii) O conselho avaliará as respostas e/ou tratamentos dados aos problemas ocorridos, e poderá sugerir e deliberar, de acordo com seu poder registrado em Regimento Interno, ações para mitigação e/ou tratamento das ocorrências, a fim de evitar reincidências.

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é responsável, entre outras coisas, por (i) Aprovar a Política e suas futuras revisões; (ii) Aprovar o grau de apetite a riscos da Companhia e as faixas de tolerância a desvios em relação aos níveis aceitáveis de riscos; (iii) Acompanhar e discutir todos os eventos de riscos materializados no grau “médio” e “alto”, avaliando as respostas ao problema e monitorando o impacto causado à companhia; (iv) Acompanhar periodicamente o processo de gestão de riscos.

**Diretor de Riscos:** A Diretoria de Riscos, é responsável, entre outras coisas, por (i) Propor diretrizes e estratégias para a gestão de riscos e controles internos; (ii) Revisar o planejamento de trabalho para a gestão de riscos; (iii) Avaliar a matriz de riscos e o tratamento dos riscos; (iv) Comunicar a existência de riscos ainda não mapeados e tratados ou mudança significativa na probabilidade, no impacto ou qualquer outra característica do risco; (v) Garantir que a matriz de riscos seja atualizada junto aos Executivos da Empresa sempre que houver atualizações no planejamento estratégico da Cia ou sempre que fatos relevantes ocorrerem.

**Área de Gestão de Riscos e Controles Internos:** A área de Riscos e Controles tem como responsabilidade, entre outras coisas, por (i) Garantir o bom funcionamento do ambiente de controles internos e melhorar o desempenho das linhas de negócio; (ii) Identificar ameaças e oportunidades de

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

melhorias por meio da avaliação de riscos; (iii) Apoiar o negócio e avaliar os riscos com total imparcialidade e objetividade; (iv) Acompanhar a evolução das práticas e das deficiências de controles internos reportando ao Comitê de Auditoria status periódico.

**Donos dos Riscos (áreas):** Os Donos de riscos são responsáveis, entre outras coisas, por (i) Efetuar revisão técnica do risco, do fator deste risco, das respostas e da avaliação do risco e elaborar plano de ação; (ii) Coordenar a implantação das ações necessárias, inclusive com o envolvimento de outras áreas, alinhadas ao plano de resposta para a mitigação dos riscos; (iii) Efetuar reportes periódicos a área de Gestão de Riscos sobre o desenvolvimento de ações para a mitigação dos riscos; (iv) Realizar a avaliação do risco em relação à sua probabilidade e ao seu impacto; (v) Comunicar à área de Compliance e Controles Internos eventuais mudanças significativas na probabilidade e no impacto ou qualquer outra característica do risco; (vi) Comunicar à área de Compliance e Controles Internos quaisquer mudanças nos controles, iniciativas e planos de ação estabelecidos para mitigação do riscos.

### **(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Entendemos que nossa estrutura operacional atual, para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos, é adequada e permite monitorar e avaliar periodicamente os riscos relacionados ao nosso negócio e os impactos possíveis nas operações ou nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, possuímos um Comitê de Auditoria instalado, que também supervisiona a efetividade da nossa Política de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

Atualmente a Iguá Saneamento, com base em seu crescimento de mercado, está reavaliando em 2023 a metodologia de riscos e controles internos, revisando os documentos internos de forma a definir novas diretrizes para: Desenvolvimento e disseminação de uma cultura e modelo de gestão baseados em risco; Implementação e manutenção de um processo estruturado e contínuo de gerenciamento de riscos que suporte tempestivamente a tomada de decisão; e, Governança apropriada e mecanismos eficazes para avaliar e responder riscos que possam comprometer o atingimento dos objetivos estratégicos da Iguá.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **5.2 – Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

#### **(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Igua busca constantemente a coerência e o equilíbrio com o compromisso, integridade, transparência, governança e sustentabilidade respeitando os padrões sociais e éticos na condução de seus negócios.

Implementamos e mantemos práticas e atividades de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras.

A Igua possui um Programa de Conformidade que visa prevenir e/ou identificar condutas que não estejam em conformidade com as regras (legislação, regulamentos, normas e procedimentos, externos ou internos), identificando riscos e/ou causas e agindo preventiva e/ou corretivamente, promovendo, também, uma cultura que encoraje o cumprimento das regras estabelecidas e de uma conduta ética, orientado pelo princípio de que fazer o certo é o melhor.

O Sistema de Controle Interno da Companhia tem por finalidade proporcionar segurança razoável à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade, em consonância com a metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). A Companhia adota o modelo das Três Linhas, de acordo com a Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos – IIA Global.

Os processos e atividades de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca de retorno e geração de valor.

A área de Auditoria Interna tem suas atribuições definidas pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna do Instituto dos Auditores Internos – IIA. Seu principal objetivo é apoiar a cia no alcance de seus objetivos, utilizando uma abordagem sistemática e disciplinada por meio da avaliação da eficácia dos processos, controles internos e governança corporativa.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de governança, a área de Controles Internos, Compliance, Auditoria e o Comitê de Auditoria deverão realizar, no mínimo



## 5.2 Descrição dos controles internos

anualmente, a autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**

A Igua possui uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos e controles internos que envolve, as estruturas de governança, a liderança executiva, e a Diretoria de Auditoria, Riscos e Controles Internos, as áreas de negócios (donos de riscos), responsáveis pela implantação, manutenção e execução dos controles internos. Ver Item 5.1 (B).

### **(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Conforme informado na Seção 5.1 (B), a área de Controles Internos e o Comitê de Auditoria, são responsáveis por realizar, no mínimo anualmente, a autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade das áreas de Auditoria Interna e Controles Internos, gerenciadas pelo Diretor Executivo de Auditoria, Riscos e Controles Internos.

De forma a avaliar a eficácia dos controles internos, a área de Auditoria Interna que, através de metodologia baseada em riscos, define escopo significativo e suficiente para avaliar os processos e controles da Igua Saneamento. O Plano Anual de Auditoria é definido considerando a Matriz de Risco, o Planejamento Estratégico da Companhia e as expectativas da Alta Administração, e as vulnerabilidades de controle identificadas são acompanhadas periodicamente através das ações corretivas

O grau de eficiência dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna é supervisionado pelo Diretor de Auditoria, Riscos e Compliance e reportado ao Comitê de Auditoria.

### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Com base no relatório preliminar dos auditores independentes, não foram apontadas deficiências significativas nos nossos controles internos. De qualquer modo, relacionamos abaixo os aspectos que, embora considerados “não significativos”, foram apontados no relatório circunstanciado.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Os auditores independentes apresentaram as seguintes deficiências de controle e recomendações sobre os controles internos:

1. **Deficiência:** Preparação e revisão do cálculo de valor em uso utilizado para teste de recuperabilidade do ativo não financeiros e inclusão nas planilhas de ativo financeiro.

**Recomendação:** A Companhia deve designar profissionais para o processo de revisão e elaboração das planilhas. O processo de revisão contribui para a melhoria do processo e identificação de eventuais ações específicas em cada uma das fases.

2. **Deficiência:** Inventário dos ativos fixos (imobilizado e intangível) periodicamente (ponto recorrente).

**Recomendação:** A Companhia deve estabelecer uma política para a verificação periódica dos ativos fixos. Isso garanti a existência de ativos inclusos na lista de ativos fixos e melhoraria a exatidão dos relatórios financeiros periódicos, uma vez que as apropriações incorretas e os erros seriam detectados em tempo hábil.

3. **Deficiência:** Avaliar a baixa em definitivo do contas a receber de saneamento e serviços.

**Recomendação:** A administração deve implementar acompanhamento que inclui rotina de baixa e conciliação da base de contas a receber a fim de monitorar as contas de clientes em aberto de longa data. O acompanhamento tempestivo, caso fosse efetuado, permitiria que a Companhia efetuasse a apuração correta dos índices de recebimento dos clientes faturados.

A ausência de write-off tempestivo incrementa a possibilidade de erros devido ao aumento do tamanho da base que é mensalmente manuseada pelos analistas no momento de fechamento contábil, além disso a ausência de write-off deteriora os índices atuais de recebimento da Companhia.

4. **Deficiência:** Aperfeiçoar política de parcelamentos com impacto direto no contas a receber.

**Recomendação:** A Administração deve aprimorar as análises efetuadas na base de parcelamento e efetuar um caminho crítico de aprovação e consideração dos itens de parcelamento. Caso seja efetuado análise individual em algum caso, tal análise deve ser documentada individualmente e aprovada por um profissional de nível hierárquico superior ao profissional que efetuou a análise.

É importante que existam premissas documentadas e claras que possam abranger a classificação adequada para as matrículas em situação de parcelamento de maneira uniforme. Caso essa observação não seja implementada, a administração fica sujeita ao gestor local de cada uma das unidades efetuar a classificação de faturas vencidas para o status de a vencer já que as classificará como faturas parceladas sem que necessariamente exista um fundamento valido para tal classificação.

## 5.2 Descrição dos controles internos

O impacto direto desta ação ocorrerá na correta apuração das faixas por idade/ prazo do contas a receber e na correta determinação da PECLD já que é calculada com base em percentual aplicado para cada uma das faixas de atraso do contas a receber. Em suma, quanto maior o tempo de atraso, maior o percentual de desconto aplicado sobre determinada faixa do contas a receber.

5. **Deficiência:** Manutenção de uma composição adequada por vencimento do saldo de contas a receber.

**Recomendação:** A administração deve revisar o relatório de vencimento das contas a receber, para garantir a exatidão do relatório. Sugere-se que as implementações sistêmicas sejam efetuadas para que os relatórios não necessitem de inclusões manuais e/ou elevado julgamento por parte dos profissionais que efetuam o fechamento contábil.

6. **Deficiência:** Estabelecer política para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**Recomendação:** A administração deve desenvolver uma política formal para a constituição do *Impairment* do contas a receber e destacar quais serão os procedimentos internos de validação dos relatórios usados na determinação dos % (percentuais). O cenário de troca de pessoal e ausência de formalização de políticas contábeis mandatórias pode ocasionar erros relevantes às demonstrações financeiras.

7. **Deficiência:** Aprimoramento do processo de revisão do fluxo de caixa contido nas demonstrações financeiras.

**Recomendação:** Acreditamos que a definição formal por parte da área contábil e financeira de rotinas/processo de conferência e evidência do cumprimento dessa rotina, poderá contribuir para melhoria do processo de elaboração do fluxo de caixa frente aos requerimentos contábeis. As demonstrações financeiras devem ser revisadas pelo nível adequado dentro da Companhia e não somente preparadas e revisadas por um único profissional.

8. **Deficiência:** Cybersecurity.

**Recomendação:** Recomendamos que a Companhia avalie as suas defesas cibernéticas para manter e gerenciar os dados pessoais coletados, como também ficar mais atenta para a necessidade de desenhar e testar planos de contingência para investigar e responder com rapidez e eficácia a ataques cibernéticos, de forma a mitigar riscos de danos significativos para a organização e sua reputação.

9. **Deficiência:** Lei nº 13.709/2018, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Brasileira (LGPD).

**Recomendação:** Recomendamos que a Administração faça uma avaliação desses impactos, entender como os riscos cibernéticos estão evoluindo e afetando a organização; mantendo-se à frente das novas

## 5.2 Descrição dos controles internos

regulamentações; integrando uma adequada estratégia e cultura de segurança cibernética dentro da organização adotando uma gestão integrada dos riscos cibernéticos nas três linhas de defesa e trabalhando integradamente junto a terceiros para proteger todo o ecossistema do negócio com foco em ativos críticos.

Dessa forma, recomendamos: (i) revisar ou discutir a governança da gestão dos riscos cibernéticos; (ii) entender a exposição total ao risco da empresa sob uma perspectiva de ataque cibernético; (iii) monitorar o nível de exposição aos riscos cibernéticos da organização; (iv) avaliar a cultura da Empresa em relação à segurança cibernética; entre outros.

10. **Deficiência:** Saldo a recolher de ISS Pendente de Pagamento.

**Recomendação:** Os valores apresentados que constam em aberto, em eventual fiscalização, as autoridades fiscais poderão exigir o pagamento do ISS não recolhido, acrescidos de multa e acréscimos moratórios.

11. **Deficiência:** Ausência de apresentação das certidões de débitos negativos municipais.

**Recomendação:** A periódica obtenção desses certificados é de uma suma importância para a manutenção da situação regular da empresa, proporcionando maior agilidade na descoberta de possíveis pendências e viabilizando a sua correção.

Dessa forma, levando-se em conta que a Certidão Negativa pode ser solicitada em diversas situações corriqueiras enfrentadas pela empresa, tais quais solicitação de financiamento e acordos com órgãos públicos, vale ressaltar que a impossibilidade de emitir esse documento poderá gerar restrições à Igua Rio de Janeiro S.A.

### **(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre**

Com base no relatório preliminar dos auditores independentes, não foram apontadas deficiências significativas nos nossos controles internos. De qualquer modo, relacionamos abaixo os comentários dos pontos levantados que, embora considerados "não significativos", foram apontados no relatório circunstanciado.

1. **Deficiência:** Preparação e revisão do cálculo de valor em uso utilizado para teste de recuperabilidade do ativo não financeiros e inclusão nas planilhas de ativo financeiro.

**Comentário da Administração:** A Companhia está estruturando a área de ativos e irá estabelecer processo de revisão do cálculo anual do valor em uso dos ativos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

2. **Deficiência:** Inventário dos ativos fixos (imobilizado e intangível) periodicamente (ponto recorrente).

**Comentário da Administração:** A companhia está estruturando a área de ativos e executará um projeto de inventário nas SPEs.

3. **Deficiência:** Avaliar a baixa em definitivo do contas a receber de saneamento e serviços.

**Comentário da Administração:** A cia entende que o ponto foi tratado em 2022, uma vez que envidou diversos esforços no sentido de mitigar as fragilidades de controles. Todos os pagamentos da Companhia são conciliados via troca de arquivos bancários. O único risco que temos são os pagamentos via depósito que monitoramos semanalmente e direcionamos para as SPE's na identificação.

4. **Deficiência:** Aperfeiçoar política de parcelamentos com impacto direto no contas a receber.

**Comentário da Administração:** A Companhia possui política de parcelamento e acordos comerciais com alçadas de aprovação definidas conforme documento interno e estabeleceremos controles para monitorar os parcelamentos de melhor forma.

5. **Deficiência:** Manutenção de uma composição adequada por vencimento do saldo de contas a receber.

**Comentário da Administração:** A Companhia está avaliando a melhor rotina de monitoramento do saldo do contas a receber.

6. **Deficiência:** Estabelecer política para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**Comentário da Administração:** Recomendação foi implementada com a elaboração e aprovação da política para provisão de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa.

7. **Deficiência:** Aprimoramento do processo de revisão do fluxo de caixa contido nas demonstrações financeiras.

**Comentário da Administração:** Atualmente já temos um processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras, foi inserida uma conferência para validação da DFC, dessa forma conseguimos mapear as informações de forma clara e automática.

8. **Deficiência:** Cybersecurity.

**Comentário da Administração:** A cia entende que o ponto foi tratado em 2022, uma vez que envidou diversos esforços no sentido de mitigar as fragilidades de controles.

## 5.2 Descrição dos controles internos

9. **Deficiência:** Lei nº 13.709/2018, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Brasileira (LGPD).

**Comentário da Administração:** A IGUÁ é uma empresa engajada à LGPD e desde que foi sancionada, a IGUÁ está trabalhando para que o tratamento de dados pessoais seja realizado com transparência e segurança. O tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis na IGUÁ estão amparados nos princípios e nas bases legais preconizadas pela LGPD.

Com intuito de ratificar a adequação da IGUÁ, vale mencionar que foi implementado um importante projeto de adequação, com a realização de mapeamento dos dados pessoais na Companhia e um inventário (ROPA) das informações. Adicionalmente, a empresa se preocupou em formular regras e boas práticas específicas, com intuito de estabelecer as condições da organização, o funcionamento, procedimentos, normas de segurança, padrões técnicos, conforme preconiza o art. 50 da LGPD.

Ademais, a IGUÁ realiza constantes treinamentos, comunicados e pílulas de conhecimento, para que toda Companhia receba ações educativas sobre proteção de dados pessoais e segurança.

Por fim, é importante mencionar que estamos atentos às regulamentações e orientações educativas da ANPD e outras agências (inclusive internacionais, tais como ICO, CNIL, etc.) sobre as melhores práticas de segurança aos crimes cibernéticos.

10. **Deficiência:** Saldo a recolher de ISS Pendente de Pagamento.

**Comentário da Administração:** O processo de apuração dos valores de ISS retidos em aberto encontra-se em andamento, para regularização do ponto identificado.

11. **Deficiência:** Ausência de apresentação das certidões de débitos negativos municipais.

**Comentário da Administração:** A certidão negativa de débitos da Iguá Rio foi emitida em 2023 e a certidão de Cuiabá está em processo de regularização das pendências para emissão também em 2023.

## 5.3 Programa de integridade

**5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

Possuímos mecanismos e procedimentos internos de integridade destinados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, que incluem normativos internos de prevenção, são eles: nosso (i) Código de Conduta, (ii) Política de Relacionamento com o Poder Público, (iii) Política Anticorrupção e Antissuborno, (iv) Política de Relacionamento com Terceiros, (v) Política de Gerenciamento de Riscos, (vi) Política de Pessoas Politicamente Expostas, (vii) Política de Fusões, Aquisições e Outras Operações Societárias, (viii) Política Auditoria Interna, (ix) Política de Doações e Patrocínios, (x) Política de Oferta e Recebimento de Presentes, Brindes e Hospitalidades, , (xi) Política Antitruste, (xii) Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro,(xiii) Política de Medidas Disciplinares. Tais políticas são periodicamente revisadas para garantir a adequação às normas aplicáveis e aderência às melhores práticas de mercado.

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

O gerenciamento de riscos, as políticas, procedimentos e práticas de integridade adotados por nós, são reavaliados e ajustados periodicamente sempre que ocorrem mudanças significativas na nossa estrutura, processos, sistemas ou modelo de negócios, ou na regulamentação aplicável.

Com grande responsabilidade, efetividade, reconhecimento institucional e com processos valorizados, a Iguá possui uma área de Compliance que é responsável pelo Programa de Compliance, se reportando ao Comitê de Auditoria.

Criado e implementado em 2017, o Programa anualmente passa por etapas de execução, aprimoramento e monitoramento e é aplicável a todas as empresas que compõem o Grupo Iguá.

O Programa visa prevenir e/ou identificar condutas que não estejam em conformidade com as regras (legislação, regulamentos, normas e procedimentos, externos ou internos), identificando riscos e/ou causas e agindo preventiva e/ou corretivamente, promovendo, também, uma cultura que encoraje o cumprimento das regras estabelecidas e de uma conduta ética, orientado pelo princípio de que fazer o certo é o melhor.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que**

### 5.3 Programa de integridade

**se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Iguá S.A. possui uma estrutura integrada de Compliance que envolve as seguintes atribuições e responsabilidades internas, a saber:

**Conselho de Administração:** Cumprir e fazer cumprir a aplicação das diretrizes descritas no Programa de Compliance pela Diretoria Executiva do Grupo Iguá.

**Comitê de Auditoria:** Acompanhar e monitorar as atividades do Programa de Compliance.

**Diretor Presidente:** Zelar e responder pelo acompanhamento e supervisão desta Política em atendimento à regulamentação vigente, adotando as medidas cabíveis para as não conformidades. Garantir que as atividades relativas à função de conformidade, gerenciamento de riscos, controles internos sejam realizados de forma integrada.

**Área de Compliance:** Responsável por gerenciar a estrutura de Compliance e assegurar o cumprimento. Desenvolver capacitação a todos os dirigentes, colaboradores e prestadores de serviços, a fim de disseminar e manter a cultura de conformidade. Elaborar relatório periódico contendo o sumário dos resultados das atividades relacionadas à função de Compliance, suas principais conclusões e recomendações. Proteger a reputação do Grupo Iguá e suas empresas controladas e/ou coligadas, mantendo a confiança de stakeholders, associados e/ou parceiros, clientes, colaboradores e da sociedade, em geral. Assegurar pleno acesso a qualquer informação, provocando ou acompanhando investigações quando considerar necessário. Apurar as denúncias recebidas e apresentar os resultados das apurações ao Comitê de Auditoria.

**Colaboradores:** Agir conforme os padrões estabelecidos no Programa de Compliance, relatando violações ou suspeitas de violações às leis e regulamentos, ao Código de Conduta e às demais políticas e normativos internos.

**A Iguá Saneamento possui uma área de Compliance que é responsável pelo Programa de Compliance, se reportando ao Comitê de Auditoria.**

(iii) **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

O Grupo Iguá possui um Código de Conduta, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2020. O Código de Conduta será revisado sempre que for necessário, conforme avaliado pela nossa administração, sendo que qualquer modificação no documento deverá ser aprovada formalmente pelo Conselho de Administração.

Os princípios e diretrizes do Código são difundidos entre todos os conselheiros, diretores e colaboradores (sejam eles próprios, terceiros, estagiários ou temporários independente do seu cargo ou posição), prestadores de serviços, fornecedores e parceiros.

(b) **Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**



### 5.3 Programa de integridade

- (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- (iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Grupo Iguá possui um canal de denúncia e incentiva seus Colaboradores e Terceiros a reportar quaisquer condutas contrárias, disponibilizando dois canais de atendimento, quais sejam:

- Atendimento telefônico: 0800 721 0784.
- Internet: <https://canaldedenuncia.com.br/igua/>

As denúncias poderão ser realizadas de forma anônima ou não. Todas as denúncias serão registradas e avaliadas, de acordo com norma e procedimentos específicos definidos na Política do Canal de Denúncias. A área de Compliance garante a confidencialidade durante todo o processo e que não haverá qualquer tipo de retaliação ao denunciante que realizar uma manifestação de boa fé.

- (c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

A Companhia não tem conhecimento de denúncias, nos últimos três anos, relacionadas a atos contra a administração pública (conforme determina o artigo 5º da Lei 12.846/2013) ou relacionados à quebra de integridade, como suborno, fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes econômicos, improbidade ou qualquer outra violação dessa natureza em seu nome ou benefício.

- (d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável.

## 5.4 Alterações significativas

**5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Este item não é aplicável, considerando que não houve alterações significativas nos riscos identificados por nós e descritos na Seção 4, até a data da divulgação deste Formulário de Referência.

## 5.5 Outras informações relevantes

### 5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Este item não é aplicável, considerando que não houve alterações significativas nos riscos identificados por nós até a data da divulgação deste Formulário de Referência.